

Arquitetura como dispositivo político: introdução ao Projeto de Parques Biblioteca em Medellín

Cauê Capillé

Escola de Arquitetura The Bartlett, UCL, Londres
Contato: cauecapille@gmail.com

Introdução

Medellín, a segunda maior cidade colombiana, tem passado por mudanças urbanas e sociais importantes desde o início dos anos 1990. Infraestruturas de transporte, habitação e educação foram construídas, afetando especialmente as áreas da cidade com as populações mais carentes de recursos e oportunidades. Essas áreas foram estigmatizadas como locais de tráfico de drogas violento, uma imagem que é constantemente substituída por uma prática de planejamento que se concentra em “modernizar” (upgrade) a condição espacial dos assentamentos informais, bem como a integração desses assentamentos com a cidade “formal”. Um dos efeitos mais importantes que se espera a partir desses desenvolvimentos de “modernização urbana” (urban upgrading) é o fortalecimento das comunidades locais (ALCADIA DE MEDELLÍN, 2004; DÁVILA, 2013; MONTOYA, 2014), que é um objetivo frequentemente associado com o Projeto de Parques Biblioteca (BRAND & DÁVILA, 2011; EMPRESA DE DESAROLLO URBANO, 2014; PEÑA GALLEGO, 2011)

Os Parques Biblioteca são equipamentos públicos construídos para promover práticas educativas, culturais e sociais de seus bairros circundantes (PEÑA GALLEGO, 2011; RODRÍGUEZ, VALENCIA, & ARIAS, 2013), bem como atuar como “centros de encontro das comunidades locais” (imagem 1). Os organizadores do Projeto de Parques Biblioteca afirmam que “co-habitação” é a *raison d’être* destes edifícios (FAJARDO VALDERRAMA, 2007; MONTOYA, 2014). Considerando-se que os Parques Biblioteca estão situados em bairros que, historicamente e culturalmente, se desenvolvem dentro de uma lógica de auto-organização e autogestão (ARCINIEGAS, 2014b), uma primeira questão que emerge se refere a como essas duas condições são manifestadas nas bibliotecas, particularmente em relação à organização dos seus espaços.

A ideia de conhecimento está incorporada nas bibliotecas através da organização do espaço arquitetônico e acesso ao conteúdo informativo (FORGAN, 1986; KOCH, 2004; MARKUS, 1993). Da mesma forma, valores coletivos fazem parte da estruturação das relações espaciais e sociais em edifícios de bibliotecas públicas. No caso dos Parques Biblioteca, como é que a arquitetura responde simultaneamente às necessidades de uso educacional e às agendas políticas de mudança urbana e social de Medellín, considerando o contexto político local das comunidades onde estão situadas?

Este artigo apresenta uma contextualização do Projeto de Parques Biblioteca dentro das propostas da agenda política de transformação urbana de Medellín, expondo as principais questões que emergem da explícita intenção de atribuir



Fonte: Alcaldía de Medellín

Imagem 1: Parque Biblioteca España em Santo Domingo Savio, Medellín.

à arquitetura a capacidade de funcionar como dispositivo de fortalecimento político. Desse modo, a proposta neste trabalho é menos averiguar se (ou de que modo) os Parques produzem tal efeito e, mais, indicar a complexa interrelação entre arquitetura, programas culturais e envolvimento político (entre comunidades e Estado). Assim, procura-se argumentar que a aplicação dos Parques Biblioteca como referência para outros contextos – como acontece, por exemplo, no caso do Rio de Janeiro – deve tomar consciência de uma série de fatores, se a intenção for obter a mesma “eficiência” que Medellín aparentemente conseguiu com as bibliotecas. Este artigo pode ser visto como introdução a uma série de trabalhos nos quais avalio o funcionamento dos Parques Biblioteca

de Medellín e sua interrelação entre arquitetura, programa, uso e agendas políticas.

O “Modelo de Medellín”

As cidades latino-americanas cresceram exponencialmente na primeira metade do século XX devido, principalmente, à intensa industrialização e migração rural (ECHEVERRI & ORSINI, 2010, p. 148). Esse crescimento resultou em diversas questões urbanas, como, por exemplo, a expansão generalizada de áreas “informais” (BRAKARZ, GREENE, & ROJAS, 2002; FIORI, RILEY, & RAMIREZ, 2000) (imagem 2). Em geral, essas áreas informais carecem de infraestrutura básica e correspondem aos lugares mais violentos das

idades (ECHEVERRI & ORSINI, 2010, p. 131). A primeira tentativa dos governos latino-americanos para resolver esses problemas foi a de realocar as populações das áreas consideradas informais para as bordas das cidades, usando de força coerciva como meio de erradicar a informalidade urbana (ECHEVERRI & ORSINI, 2010, p. 136). No entanto, o último quarto do século XX viu o surgimento de uma nova estratégia: a da melhoria (ou upgrading, na terminologia de estudos urbanos) dos assentamentos urbanos existentes (BRAKARZ et al., 2002; ECHEVERRI & ORSINI, 2010, p. 136; FIORI et al., 2000). Medellín é considerada por muitas agências públicas, especialistas e acadêmicos como modelo por ser um caso de sucesso da estratégia de urban upgrading.



Imagem cedida pelo autor

Imagem 2: Medellín vista de cima, expondo a expansão da cidade subindo os morros do vale.

De fato, “Modelo de Medellín” é justamente o termo que, muitas vezes, a literatura atual usa para se referir à coleção de mudanças urbanas recentes nessa cidade (ARCINIEGAS, 2014b; por exemplo, BRAND, 2013; COLAK & PEARCE, 2015; SIMPSON, 2013). De forma resumida, podemos dizer que o que caracteriza o “Modelo de Medellín” é a ênfase explícita das narrativas projetuais em promoverem “mudança social”. Em outras palavras, esses projetos afirmam que – devido a uma série de transformações administrativas e de infraestrutura urbana – ambientes que costumavam

ser pobres e violentos se tornam “inteligentes” (smart), “inovadores”, “melhorados” (upgraded) (HENLEY, 2013; VULLIAMY, 2013; WALL STREET JOURNAL, 2012). Essa ligação explícita entre problemas e soluções é o que fez a mídia, especialistas urbanos internacionais e agências sociais tornarem Medellín um modelo¹ para o re-fabricação de áreas urbanas na América Latina e no chamado “Sul Global” (ARCINIEGAS, 2012, p. 33, 2014b).

O Rio de Janeiro, por exemplo, ilustra o uso de Medellín como um modelo de renovação urbana. A cidade seguiu muitas das estratégias de Medellín durante o contexto de preparação para os grandes eventos internacionais que ocorreram nos últimos anos (GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011; SILVA, 2013). Em 2011, a primeira linha de teleférico aéreo para fins não turísticos foi aberta, seguido da renovação de várias estações de linhas de trem. Em 2010, duas Bibliotecas Parque foram abertas e uma terceira foi aberta em 2014. Essas bibliotecas também são parte de um projeto maior de modernização urbana em áreas de ocupação informal do Rio de Janeiro. No entanto, os impactos sociais e econômicos de tais projetos são ainda pouco claros, pelo fato de muitos destes ainda não estarem concluídos (SILVA, 2013).

De todo modo, por observarmos o constante uso de Medellín como referência para importantes projetos de renovação urbana na América Latina, considera-se de extrema relevância que sejam expostos os fatores que, em conjunto com as transformações físicas (visíveis), formaram o “Modelo de Medellín”. Entre os fatores “menos visíveis”, ECHEVERRI & ORSINI (2010) destacam que a mudança de estratégia de planejamento – de ações coercivas que visavam realocar moradores de áreas pobres, para a melhoria ou “modernização” (upgrading) dessas áreas – como uma das principais razões para a sucesso do “Modelo de Medellín”. Os autores explicam que as estratégias coercivas foram ineficientes porque não abordaram a origem do

problema. Governos gastaram tempo e recursos públicos em ações repressivas incapazes de garantir habitação e infraestrutura para a população, ou incluindo essas comunidades dentro do estado de direitos construído na “cidade formal”. ECHEVERRI & ORSINI (2010) explicam que a estratégia de urban upgrading se opõe às “coercivas”, pois vê a informalidade urbana como parte da solução, ao invés de parte do problema. Desse modo, o projeto de urban upgrading concentrou-se na oferta de infraestruturas, equipamentos públicos e programas que pudessem melhorar, ao invés de erradicar, a informalidade urbana.

Integração entre projetos, participação popular e agendas políticas

Entre as principais estratégias utilizadas no projeto de urban and social upgrading de Medellín, podemos incluir: em primeiro lugar, uma estratégia de transporte com a implementação dos “Metrocables” (teleféricos), o que permitiu o acesso à principal linha de metrô para populações de áreas informais da cidade (imagem 3). Em segundo lugar, a construção de projetos de habitação social



Imagem cedida pelo autor

Imagem 3: Metrocables de Medellín

nos mesmos bairros. Em terceiro lugar, bibliotecas públicas de “grande impacto arquitetônico”² foram construídas (os Parques Biblioteca), que oferecem uma ampla gama de serviços para as comunidades do entorno. Em quarto lugar, o programa de urban upgrading incluiu a reforma de escolas e outras instalações públicas. Uma quinta e última estratégia refere-se à renovação do espaço público urbano, ligando todos os projetos de modo a expor e garantir a integração de investimentos (imagem 4).



Imagem cedida pelo autor

Imagem 4: Espaços públicos renovados na Comuna 1 (Popular), onde se encontram uma escola nova, o Parque Biblioteca España (Santo Domingo Sávio) e a estação de Metrocable de Santo Domingo Sávio. 1 e 2.

As intervenções foram ligadas administrativamente pelos *Proyectos Urbanos Integrales* (PUI) e coordenadas pela *Empresa de Desarrollo Urbano* (EDU), que é uma empresa da *Alcadía* (Prefeitura) de Medellín. No entanto, apesar de ter sido uma empresa estatal que coordenou a construção dos novos edifícios e espaços urbanos, um aspecto interessante a ser destacado é a participação das comunidades locais nas decisões de planejamento e financiamento dos projetos.

COUPÉ, BRAND & DÁVILA (2013) esclarecem que mecanismos de planejamento e orçamento participativos são parte da Constituição Colombiana desde 1994, funcionando como um fator fundamental para a promoção e o fortalecimento das comunidades locais. ECHEVERRI & ORSINI (2010, p. 142) destacam que as comunidades locais foram convidadas a participar em todas as fases de planejamento, do diagnóstico à construção. Os autores explicam que “grupos locais” foram organizados para lidar com o processo participativo. Esses grupos foram então associados às *Juntas de Acción Comunitaria*, que existiam antes dos projetos de renovação urbana. Os autores argumentam que essa ligação era importante para garantir a representação política dessas comunidades no processo participativo. No entanto, como Fiori et al (2000) argumentam, embora “participação pública” possa ser considerada como o pilar das políticas de redução de pobreza, avaliar como ela é integrada no processo democrático continua a ser um desafio complexo.

De fato, alguns autores criticam a extensão da “participação comunitária” nos projetos de renovação de Medellín (ARCINIEGAS, 2014b; por exemplo, GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011). Eles argumentam que o modelo de cidade que foi construído é sintonizado mais com interesses políticos e econômicos da elite local do que com as necessidades mais recorrentes ou urgentes da maioria da população da cidade. Isso se deve ao fato de que foi em áreas de populações

desfavorecidas que a maioria dos projetos teve lugar³ – um fator que é visto como uma característica positiva do “Modelo de Medellín” –, mas os mecanismos de participação popular permitiram pouco para ser realmente alterado nos projetos por parte dos habitantes dessas áreas (MONTROYA, 2014)⁴. Ademais, além de melhorar as condições de infraestrutura desses bairros em locais muito específicos⁵, esses projetos tornaram possível a inclusão dessas áreas em uma economia urbana que alguns grupos de elite têm controle – tudo sob o lema de um “bem maior” (ARCINIEGAS, 2014a, 2014b; GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011).

ARCINIEGAS (2014b) sugere que, como resultado desta falta de participação real dos habitantes das áreas transformadas na produção do “Modelo de Medellín”, um fator importante que essas “grandiloquentes infraestruturas do Estado” ignoram é autogestão comunitária. Isso fica evidente pelo fato de muitos desses espaços serem regulados por regras sociais prescritas e que definem como deve ser a “ocupação cívica correta”. Dois exemplos ilustram essa prescrição: a “Cultura Metro” e o “Manual de Convivência Cidadã”. A “Cultura Metro” é um conjunto de normas que visa “modelar a construção de uma nova cultura cívica (METRO DE MEDELLÍN, 2015) nos espaços do metrô de Medellín e que são reforçados através de campanhas públicas e por membros da equipe (AGUDELO, MEJÍA, ORDOSGOITIA & CÓRDOBA, 2013). Os regulamentos versam sobre os usos do metrô (“dar lugar aos mais necessitados”, “não comer nos trens e plataformas”), mas também sobre a vida urbana em sociedade (“coexistência harmoniosa, o bom comportamento, a solidariedade, o respeito pelas regras básicas para o uso do bem público, autoestima”) (imagem 5). Esse conjunto de regulamentos estende-se aos *Metrocables* (os teleféricos urbanos), pois fazem parte do sistema de metrô de Medellín. Portanto, além de um impacto sobre a mobilidade urbana –



Imagem cedida pelo autor

Imagem 5: Propaganda no metrô se apropria da ideia de “melhoria de comportamentos”.

um aspecto amplamente investigado por DÁVILA et al (2013) – os Metrocables têm o potencial de expandir a influência da “Cultura Metro” na vida cotidiana das áreas da cidade que se desenvolveram na base de autogestão.

O “Manual de Convivência Cidadã” é um documento que ilustra uma prescrição de um conjunto de regras para a “melhoria” de comportamentos nos espaços públicos e privados da cidade. Destina-se a “trabalhar como um projeto de cidade” (ALCADIA DE MEDELLÍN, 2007, 2013), que regulamenta, por exemplo, como vizinhos devem resolver som alto, quando e onde álcool deve ser consumido, e como os motoristas devem proceder em caso de emergência. Curiosamente, ao mesmo tempo que prescreve meticulosamente os comportamentos corretos para uma variedade de conflitos urbanos, o Manual promove a ideia de autorregulação das relações sociais entre os cidadãos (GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011). A ideia de uma “sociedade autorregulada” incorpora um processo duplo: ser regulado por todos os outros e se engajar em um processo de ação participativa e regulação. O que é evidente nesses dois exemplos – a “Cultura Metro” e o “Manual de Convivência Cidadã”

– é que os objetivos das intervenções urbanas do “Modelo de Medellín” estendem-se além de melhorar os espaços da vida cotidiana dos cidadãos: eles pretendem transformar comportamentos através de conjuntos de regras. Por sua vez, essas regras materializam uma ideologia explícita de vida coletiva cotidiana que parece (de forma ambígua) restringir e promover a autorregulação.

Podemos, então, interrogar se essas ideologias expostas por esses dois exemplos estão circunscritas ao Metrô, Metrocables e novos espaços públicos, ou se também fazem parte dos outros projetos de requalificação urbana de Medellín. Entre todos os projetos de requalificação urbana, os Parques Biblioteca se encontram em uma posição crítica, pois se tornam a manifestação arquitetônica da propaganda ideológica top-down⁶ e da participação coletiva cotidiana. Compreender a implementação e o funcionamento dos Parques Biblioteca parece, portanto, implicar o estudo de mecanismos de controle/resistência entre a administração do Estado e as sociedades auto-geridas, expondo os efeitos do “Modelo de Medellín” na vida cotidiana.

Bibliotecas públicas como dispositivo político?

Os Parques Biblioteca foram construídos para promover práticas educativas, culturais e sociais de seus bairros circundantes (PEÑA GALLEGO, 2011; RODRÍGUEZ et al., 2013), funcionando como pontos⁷ de transformação e fortalecimento das comunidades e culturas locais – ou como “dispositivos políticos”, da forma que sugeri no título do artigo. Ao todo, são nove Parques Biblioteca construídos até hoje, localizados de forma a atender aos vários bairros e comunas de Medellín (imagem 6). Como desenvolveremos mais adiante, a implementação dos cinco primeiros Parques Biblioteca (San Javier, España, La Ladera, La Quintana e Belén) está associada fortemente com a intenção de alterar simbolicamente a imagem de Medellín como exemplo de violência urbana: os

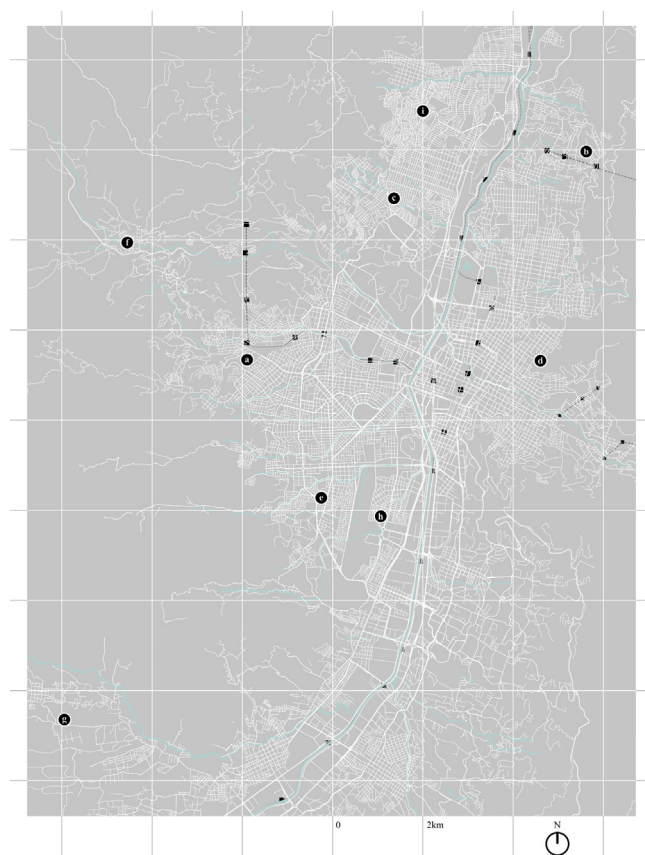


Imagem 6: Mapa localizando os Parques Biblioteca em Medellín.

lotes de cada um desses edifícios estão diretamente relacionados a histórias recentes de extrema violência.

Dois documentos sustentam o desenvolvimento do Projeto de Parques Biblioteca: o “Plan de Desarrollo 2004 - 2007” (ALCADIA DE MEDELLÍN, 2004) e o “Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas” (Ministerio de Cultura & Ministerio de Educación Nacional, 2003). O primeiro está ligado ao projeto de renovação de Medellín, integrando os Parques Biblioteca na retórica de “modernização social e urbana”. O segundo estabelece recomendações administrativas que visam melhorar as práticas editoriais, de biblioteconomia e a cultura de leitura colombianas (GIRALDO GIRALDO & ROMÁN BETANCUR, 2011; MONTOYA, 2014). O

Projeto de Parques Biblioteca é parte de um grande programa de bibliotecas digitalmente conectadas (Red de Bibliotecas e Medellín Digital), que inclui a Biblioteca Pública Piloto (UNESCO, 1957) e todas as suas filiais. Os programas Red de Bibliotecas e Medellín Digital oferecem acesso aberto a uma ampla gama de recursos on-line, como livros, vídeos e outras formas de conteúdo digital. Nesse sentido, os Parques Biblioteca podem ser considerados como integrados dentro de um programa digital⁸.

Além disso, esses edifícios também oferecem uma combinação de programas que visam incluir essas comunidades nas lógicas econômicas e cívicas da “sociedade da informação” – oferecendo cursos de informática, administração de pequenos negócios, idiomas, artes etc. (EMPRESA DE DESAROLLO URBANO, 2014; JARAMILLO, 2012; PEÑA GALLEGU, 2011). Estudos (por exemplo, ORTIZ, 2012) indicam que os Parques Biblioteca têm um efeito positivo na educação da população dos bairros circundantes, principalmente devido aos seus programas culturais e acesso aberto aos serviços de internet e de computadores (imagem 7).

Entretanto, os Parques Biblioteca foram construídos para além desses programas educativos, funcionando principalmente “para a vida coletiva, como extensões de espaço público urbano” (FRANCO CALDERÓN & ZABALA CORREDOR, 2012; GIRALDO GIRALDO, ROMÁN BETANCUR, & QUIROZ POSADA, 2009; JARAMILLO, 2012). Em outras palavras, os espaços dessas bibliotecas são liberados para outros tipos de programas e usos que não fazem parte da noção tradicional de biblioteca. No entanto, apesar da ênfase que é dada para esse “uso urbano” e “relevância política”, poucos estudos avaliam os Parques Biblioteca para além de seus programas culturais.

Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor

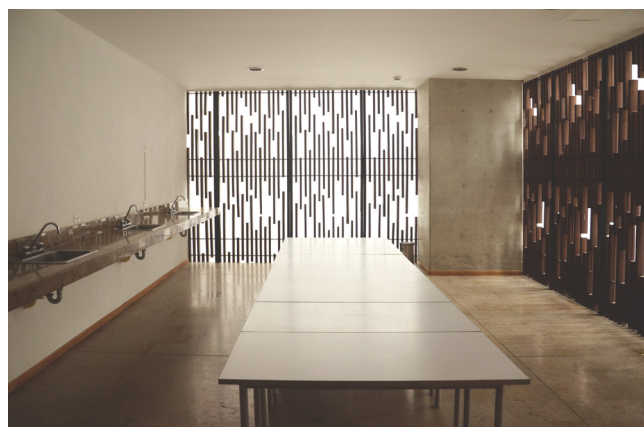


Imagem cedida pelo autor

Imagens 7a e 7b : Salas de computadores e ateliês multiuso no Parque Biblioteca España (Santo Domingo Sávio).

Metáfora e metonímia

Em uma entrevista realizada em 2014, Herman Montoya, líder do Projeto de Parques Biblioteca na Prefeitura de Medellín (Alcaldía de Medellín), explicou que o próprio nome do projeto (Parques Biblioteca) enfatiza a ideia de que esses edifícios são espaços públicos em primeiro lugar. Ele também destacou que o principal objetivo do projeto é “usar a arquitetura pública como meio para alcançar uma reinvenção das práticas sociais” (MONTROYA, 2014). Ele explicou que esse “papel social” é construído através de duas estratégias principais: em primeiro lugar, o uso da arquitetura para representar uma sociedade “modernizada” (upgraded); e, em segundo lugar, o uso da arquitetura para produzir um novo senso de comunidade e cidadania por meio de coabitação e interação informais.

Em relação à primeira estratégia, BRAND & DÁVILA (2013, p. 42) argumentam que o contraste arquitetônico entre os Parques Biblioteca e seus arredores trazido pela escala, materiais e forma dos edifícios enfatiza a presença do estado nessas áreas (imagem 1). De fato, um dos prefeitos de Medellín destacou a importância da qualidade arquitetônica nesses projetos, formulando que a arquitetura poderia “ativar o poder da estética como motor para a mudança social” (SALAZAR apud BRAND & DÁVILA, 2013). Brand e Dávila

sugerem que esse contraste abre o debate sobre a qualidade da arquitetura pública para as cidades latino-americanas. Podemos adicionar que esse contraste também introduz o tema do planejamento participativo e como o Estado é feito “presente” em bairros populares. Além desse “contraste arquitetônico dos prédios da biblioteca com os seus arredores, os edifícios também pretendem construir ‘contrastes históricos’” (MONTROYA, 2014). Esses “contrastes históricos” são expressos pelos locais escolhidos para esses edifícios: todos eles estão em lugares que têm uma história recente de extrema violência (campos de execução, bases de tráfico de drogas, prisões) que lembram a “Medellín dos cartéis” (MELGUIZO & CRONSHAW, 2001; MONTROYA, 2014). A intenção do projeto é usar os locais e a “arquitetura monumental” dos edifícios das bibliotecas como símbolos de modernização social (social upgrading) bem sucedida. Essa ideia é transmitida internacionalmente, influenciando outras cidades (por exemplo, o Rio de Janeiro) que passaram a usar estratégias semelhantes nos seus próprios contextos (GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011; SILVA, 2013).

A segunda estratégia utilizada pelo Projeto de Parques Biblioteca refere-se à ideia de que os edifícios devem não só representar mudança urbana através de suas monumentalidades midiáticas, porém o mais importante é que devem produzi-la

através do arranjo de espaços que podem gerar um novo senso de comunidade e cidadania por meio de coabitação e interação informal (EMPRESA DE DESAROLLO URBANO, 2014; FRANCO CALDERÓN & ZABALA CORREDOR, 2012; MONTOYA, 2014). Como foi mencionado acima, o termo “Parque” no título do projeto “vem em primeiro lugar precisamente devido ao fato de que essas instalações são espaços públicos, em primeiro lugar” (MONTOYA, 2014). Em outras palavras, grande importância é dada para as formas de apropriação e uso das bibliotecas, e as potenciais interações sociais que essas formas de uso podem produzir. Consequentemente, podemos sugerir que essas formas de uso e interação social adquirem uma “função metonímica”, pois, para além do mero uso de uma biblioteca, são a manifestação visível da sociedade transformada de Medellín.

No entanto, como pode a mudança social depender do uso público de um edifício? Intuitivamente, podemos sugerir que “uso público” implica, a um certo nível, que formas de ocupação, movimento e interação são imprevistos e não programados. Nesse sentido, se considerarmos todo o investimento em assegurar que os Parques Biblioteca funcionem como extensões de espaço público, isto é, abertos a todos (acesso livre) e permitindo um certo nível de liberdade de uso, eles não podem ser considerados como meras instalações educacionais ou culturais. Como mencionado acima, os estudos (por exemplo, ORTIZ, 2012) indicam que os Parques Biblioteca têm um efeito positivo nos níveis de educação nos bairros vizinhos, principalmente devido aos seus programas culturais e devido ao acesso aberto à internet e computadores. No entanto, como essas instalações funcionam para além de suas finalidades educacionais? Em particular, como o uso público das bibliotecas é associado às intenções sociais e políticas do projeto?

A hipótese de que existe uma “relação metonímica” entre o uso do espaço e os objetivos sociais do projeto também está presente em um estudo

realizado por FRANCO CALDERÓN & ZABALA CORREDOR (2012). Investigando sobre o impacto das intervenções urbanas do Modelo de Medellín no sentido de cidadania e participação das comunidades locais, os autores sugerem que as duas principais funções das intervenções arquitetônicas são a representação e a reprodução de mudança social. Eles argumentam que os edifícios são primeiramente “objetos”, uma condição que “contribui para a consolidação do sentimento de pertencimento e de identidade cidadã” através de sua função como pontos de referência. Em segundo lugar, eles são de “uso coletivo”, funcionando como “centros de encontros” para a comunidade. Dessa forma, os edifícios funcionariam como “instrumentos para a construção da cidadania”. Apesar de os autores não explicarem como os edifícios podem funcionar como “instrumentos”, o que é evidente no estudo é que a agenda política do “Modelo de Medellín” transforma a relação espaço / programa / uso nos Parques Biblioteca para além de um uso educacional. O estudo sustenta que a relação de espaço / programa nesses edifícios é instrumental em “modernizar comportamentos sociais”. Ao mesmo tempo, o pano de fundo da agenda política do “Modelo de Medellín” transforma as culturas de uso do espaço – ou seja, a relação uso / espaço – como metonímias dessa “sociedade modernizada” (upgraded society).

Da organização de informação à organização de pessoas e encontros

De modo geral, as questões levantadas sobre os Parques Biblioteca visam a compreensão da relação entre espaço arquitetônico e função social em bibliotecas públicas. Esse tópico está atualmente sob grande debate público¹⁰, principalmente porque o valor das bibliotecas públicas está sendo questionado à luz das novas tecnologias de comunicação (por exemplo, a internet e as tecnologias móveis). A literatura mostra que

bibliotecas abrigam hoje muito mais atividades do que tradicionalmente consistia o seu repertório programático. Originalmente, bibliotecas públicas serviam principalmente para a organização do conhecimento e o acesso irrestrito à informação.

Desde que as tecnologias digitais têm oferecido a todos um acesso rápido e amplo à informação, as bibliotecas têm sofrido transformações programáticas (SEARS & CRANDALL, 2010; VERHEUL, 2010). IMHOLZ (2008) argumenta que a internet liberou a biblioteca da tarefa de recolher um conteúdo educativo, mudando seu foco para a experiência social de tal conteúdo, especialmente porque “uma experiência social é o que diferencia a biblioteca de sentar-se em casa na frente da tela de computador” (2008). Ela sugere que “a biblioteca do século 21 será um lugar para acessar pessoas e, não, informação” (2008). A esse respeito, no entanto, podemos interrogar como é que as bibliotecas públicas adaptam seus espaços em resposta às suas recentes mudanças organizacionais? A literatura do campo da biblioteconomia é rica em detalhar o impacto da internet e de outros programas na administração organizacional das bibliotecas públicas. Em resumo, essas mudanças influenciam a localização das filiais da biblioteca (HAPEL, 2012), as funções de bibliotecários (KINNEY, 2010; SHOHAM & YABLONKA, 2008), o tráfego e demografia de visitantes (KINNEY, 2010; TAYLOR, JAEGER, MCDERMOTT, KODAMA, & BERTOT, 2012), o uso de coleções de materiais (Kinney, 2010) etc. No entanto, o campo da biblioteconomia não analisa os aspectos espaciais das recentes mudanças organizacionais em bibliotecas.

Além disso, antes de analisarmos a transformação das bibliotecas públicas, é fundamental compreendermos a sua formação como um tipo arquitetônico, uma vez que pode revelar como originalmente manifestava suas intenções sociais na organização do espaço arquitetônico. A análise detalhada da formação política do espaço

da biblioteca pública é assunto de outro artigo (CAPILLÉ, 2017). Em resumo, podemos dizer que, semelhante a museus, lojas de departamento e exposições internacionais, as bibliotecas públicas surgiram no século XIX. Como BENNETT (1995, p. 6-71) explica, essas instituições estavam associadas com a intenção de educar a sociedade através do fornecimento de acesso público a artefatos de forma a “comunicar valores e significados culturais específicos”. “Acesso público” e “função educativa” são de fato fundamentais na formação das bibliotecas públicas. Em uma narrativa sobre a história do surgimento de bibliotecas públicas, HARRIS (1999, p. 148–161) destaca que o que é geralmente entendido como “biblioteca pública” no mundo ocidental é “a biblioteca geral que não só é propriedade estatal e financiada por impostos, mas é também aberta a qualquer cidadão que queira usá-la” (1999, p. 149). No entanto, esse “acesso aberto” não deve ser considerado como “sem controle”. Pelo contrário, além de comunicar significados e valores culturais através da ordenação de artefatos, BENNETT explica que as bibliotecas públicas, museus, lojas de departamento e exposições internacionais, também intencionam educar visitantes através da regulação de seus movimentos e comportamentos (1995, p. 100).

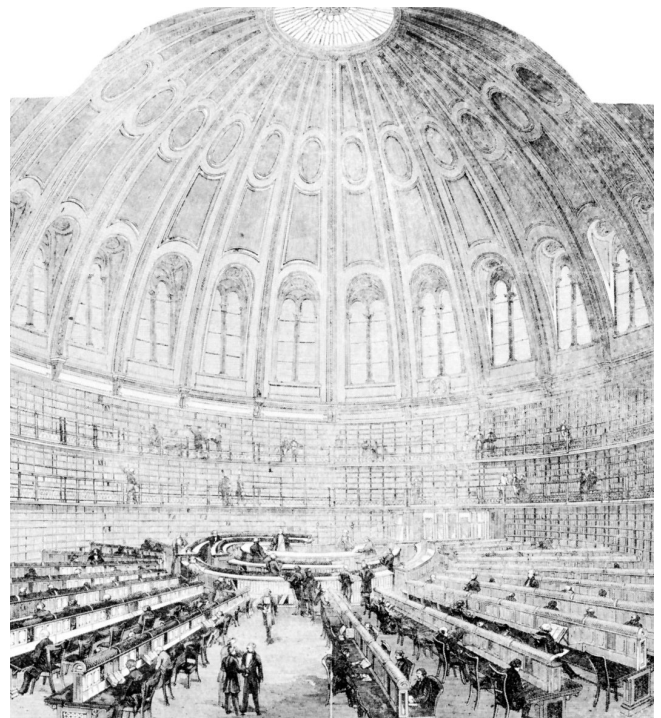
BENNETT formula que essas instituições eram “herdeiras de concepções utópicas anteriores de uma sociedade perfeitamente transparente a si mesma e, como consequência, auto-regulada” (1995, p. 47). Por conseguinte, essas instituições têm demonstrado uma preocupação semelhante em relação ao uso de técnicas de controle que sejam simultaneamente discretas e de autopropetuação. Assim, esse controle acontecia de forma implícita, usando, principalmente, o arranjo arquitetônico como aparato de regulação. Nesse sentido, através de sua capacidade de educar comportamentos simplesmente por meio de seu acesso aberto, as bibliotecas públicas têm um “papel positivo no

processo de governo” (HARRIS, 1999, p. 148), um argumento também construído por BENNETT, no caso de museus (1995, p. 6, 47).

No entanto, como é que bibliotecas públicas combinam acesso aberto e controle comportamental na organização de seus espaços na sua formação como uma tipologia? Quais são os mecanismos espaciais que induzem a discricção no exercício de controle? No caso de museus, BENNETT (1990, 1992, 1995) traça a origem das técnicas de controle discreto das táticas disciplinares desenvolvidos na formação do sistema penitenciário no século XVIII. Ele faz referências diretas às ideias descritas por Foucault, tais como “vigilância panóptica”, “controle disciplinar da mente” e “autorregulação” (imagem 8). Essas ideias fazem parte do que Foucault chama de “disciplinas”: o conjunto de tecnologias de controle social que transforma o corpo da pessoa submetida em uma força social dócil, eficiente (econômica) e útil (1975).

Apesar de considerar que uma leitura foucaultiana da formação das bibliotecas públicas seria um exercício pertinente, esse não é o escopo do presente artigo. O que pretendo expor com essa breve revisão da literatura sobre o surgimento das bibliotecas públicas (e outros tipos arquitetônicos semelhantes, como museus) é que seus arranjos espaciais estão fortemente associados a tecnologias de controle social, de forma a estruturar uma sociedade “polida” e “instruída” (“instrumentalizada”) culturalmente.

Desse modo, considerando-se o caso das bibliotecas públicas, as atuais mudanças programáticas dessa tipologia engendram mais do que uma mera transformação na maneira como a informação é organizada e acessada: elas podem indicar mudanças fundamentais na forma como as relações de poder entre a sociedade e o Estado se manifestam e como as tecnologias de controle social são aplicadas. Arquitetura, como tenho argumentado no conjunto de trabalhos sobre os Parques Biblioteca, tem um papel pivotal nessas transformações. Em resumo,



Fonte: MARKUS, 1993, p.181

Imagem 8: Sala de leitura da British Library no British Museum, em Londres, 1857. De acordo com MARKUS (1993, p. 177), os visitantes foram controlados de duas formas principais: em primeiro lugar, tiveram que se submeter a uma burocracia hierárquica para solicitar um determinado livro (que só era acessível aos bibliotecários); em segundo lugar, estavam sob intensa vigilância nas salas de leitura, devido aos locais privilegiados em que os bibliotecários se sentavam.

em bibliotecas tradicionais, a função de coletar e organizar um conteúdo educacional é um de seus propósitos fundamentais, implicando em arranjos espaciais que traduzem uma determinada epistemologia e taxonomia de assuntos do conhecimento. Já em bibliotecas integradas dentro de um programa digital, o espaço é liberado dessa função. Desse modo, como descrevo em outro trabalho (CAPILLÉ & PSARRA, 2014), o espaço da biblioteca se torna generativo de usos e encontros que, apesar de serem semelhantes aos que ocorrem no espaço público urbano, são organizados pelas restrições arquitetônicas do interior desses edifícios¹¹.

Encontros urbanos no interior dos edifícios

Nesse sentido, os Parques Biblioteca podem ser considerados como manifestações de um processo semelhante ao observado na formação de tipologias do século XIX na Europa: trata-se da utilização de arranjos arquitetônicos para organizar comportamentos no sentido de uma “sociedade disciplinada”. Esse processo foi estudado na formação de prisões (por exemplo, FOUCAULT, 1975; STEADMAN, 2014), museus (por exemplo, BENNETT, 1995), lojas de departamentos (BENNETT, 1995; por exemplo, MARKUS, 1993), hospitais (por exemplo, STEADMAN, 2014) e bibliotecas (por exemplo, MARKUS, 1993). No caso dos Parques Biblioteca, a hipótese de que esses edifícios são capazes de produzir mudança social através do uso de seus espaços e programas é evidente em muitos documentos oficiais (EMPRESA DE DESAROLLO URBANO, 2014; por exemplo, FAJARDO VALDERRAMA, 2007) e estudos (FRANCO CALDERÓN & ZABALA CORREDOR, 2012; GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011; por exemplo, PEÑA GALLEGO, 2011). Esses documentos e estudos não fazem referência direta a uma “sociedade disciplinada”. No entanto, a ideia de que os edifícios são capazes de “organizar comportamentos” e “atualizar práticas sociais” é semelhante em muitos aspectos à proposição de uma “sociedade disciplinada”. No entanto, nenhum desses estudos e documentos analisa como os Parques Biblioteca organizam comportamentos através de seu uso público.

Considerando-se os casos da “Cultura Metro” e do “Manual para Convivência Cidadã” que mencionamos acima, uma resposta possível é que os comportamentos nos Parques Biblioteca podem ser organizados através de prescrições de regras. De fato, o prefeito de Medellín, Sergio Fajardo Valderrama, publicou o “Pacto Ciudadano de cuidado y apropiación de los Parques Biblioteca” na mesma época de abertura do primeiro Parque

Biblioteca (FAJARDO VALDERRAMA, 2007). González Vélez e Carrizosa Isaza (2011) explicam que a Prefeitura de Medellín fez grande uso de “pactos” para implementar as suas transformações de modernização social. Os “Pactos” são documentos que endossam contratos sociais entre o Estado e a população (GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011).

O Pacto que diz respeito aos Parques Biblioteca afirma que esses edifícios são principalmente para “encontros e conversas” (FAJARDO VALDERRAMA, 2007). Em seguida, afirma que os usuários devem visitar os edifícios “unidos pelo sentimento de pertencimento”. Finalmente, ele lista “compromissos” que os usuários deverão respeitar, entre os quais podemos citar: os usuários devem ter uma relação respeitosa com outros usuários e com os funcionários; os edifícios têm regulamentos internos; os usuários devem fazer os Parques Biblioteca funcionarem como pontos de ligação entre as comunidades do entorno e o Município; nos Parques Biblioteca, o interesse público prevalece sobre os privados etc.

Curiosamente, o Pacto omite o fato de que esses edifícios também são bibliotecas. A única referência a esse papel educativo/cultural é encontrado quando o Pacto lembra aos usuários de devolverem os livros e outros materiais em bom estado e no tempo certo. Em outras palavras, o uso público dos edifícios é o que, verdadeiramente, o Pacto está organizando. Como resultado, o que o Pacto constrói é um modelo para identificar os tipos legítimos ou ilegítimos de utilização. Portanto, previamente à utilização real dos edifícios, o Pacto possibilita a distinção entre comportamentos desejáveis e indesejáveis.

No entanto, a apropriação da comunidade é o que verdadeiramente “endossa” o valor coletivo e político dessas bibliotecas públicas (RODRÍGUEZ et al., 2013). Nesse ponto, podemos ver que o uso dos espaços dos Parques Biblioteca carrega um valor



Imagem 9: Parque Biblioteca Belén sendo usado como extensão do espaço público urbano

político duplo: por um lado, eles dão materialidade às ideologias cívicas do projeto (se as bibliotecas forem esvaziadas de usuários, não poderiam manter sua qualidade de representantes e produtores de uma “sociedade melhorada”). Por outro lado, esse mesmo “status da representação da coletividade” (ou “função metonímica”, como chamamos anteriormente) que é dado aos Parques Biblioteca estimula uma consciência política em seus usuários, uma vez que torna a comunidade visível para si mesma (JARAMILLO, 2012).

Essa “autovisibilidade” pode acontecer através de meios programáticos – como cursos de formação, festividades e encontros – e através das práticas sociais cotidianas nos espaços desses edifícios. As segundas, em oposição às primeiras, tornam-se uma

entidade coletiva somente enquanto ocorrem no espaço e são, portanto, condicionadas e estruturadas pelo arranjo arquitetônico. Eu argumento em dois trabalhos a serem publicados em breve que essa “autovisibilidade arquitetônica” tem uma enorme importância política, pois garante que visitantes se encontrem formando um “palco social” (ZOOK & BAFNA, 2012) no qual eles não são meros “usuários” (GEE, 1994), mas participantes da formação de uma cultura política de constante autorregulação e negociação. Nesses trabalhos, eu demonstro como determinados arranjos espaciais são capazes de facilitar o controle institucional-burocrático de visitantes, enquanto outros arranjos promovem a interação informal não-programada e não-controlada, mas “carregada politicamente” (politically charged).

Considerações finais e questões em aberto

Para concluir, considerando toda a atenção e apoio manifestado pelos meios de comunicação, organizações internacionais e trabalhos acadêmicos, os Parques Biblioteca podem ser considerados bem sucedidos em sua função representativa dessa “mudança urbana”. No entanto, as formas em que esses edifícios estão sendo utilizados e as maneiras pelas quais a arquitetura dá estrutura a essas formas de uso como um “todo coletivo” ainda não são plenamente compreendidas. Coabitação que se espera nas bibliotecas é fundamentalmente diferente da que acontece naturalmente em espaços públicos desses contextos informais, já que a primeira é abrigada pelo espaço arquitetônico em vez do espaço urbano. Esse fato abre uma série de questões a respeito de como os espaços interiores de um edifício podem servir como uma plataforma para uso público. Em outras palavras, como a arquitetura pode ser tão pública quanto um “parque”? Além disso, é importante considerar que o termo “biblioteca” do título do projeto refere-se a um conjunto de diferentes programas que visam

educar os utilizadores locais, para que possam ser integrados em um “processo democrático do século 21”, nas bases da “sociedade da informação” (PEÑA GALLEGO, 2011). Como vimos, por esse motivo, as bibliotecas oferecem cursos de informática, administração de pequenas empresas, idiomas, artes etc. Implícita nesses programas é a ideia de que a biblioteca deve ajudar a organizar essa “nova sociedade” em uma que seja produtiva e polida. Além desses programas de educação, o município de Medellín estabeleceu um conjunto de regras que pode ser usado para identificar formas legítimas e ilegítimas de uso público.

Em resumo, a questão exposta anteriormente – “como o programa da biblioteca interage com a ênfase na oferta de espaço público para fortalecimento político comunitário?” – torna-se ainda mais relevante quando se considera o contexto social e cultural de Medellín, como revisamos brevemente. Como explicado no início do artigo, a proposta foi menos tentar responder todas essas questões, mas sim, construir uma introdução à complexa interrelação entre arquitetura, programas culturais e envolvimento político nas comunidades de Medellín. Sugere-se, portanto, que a aplicação dos Parques Biblioteca como referência para outros contextos deve minimamente considerar os fatores que descrevemos. Por fim, reforço que esse artigo pode ser visto como introdução a uma série de trabalhos nos quais avalio o funcionamento dos Parques Biblioteca de Medellín e sua interrelação entre arquitetura, programa, uso e agendas políticas.

Agradecimentos

O artigo apresenta parte da minha pesquisa de doutorado na Bartlett School of Architecture, UCL (Londres), para a qual recebi bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Agradeço a Herman Montoya pela entrevista cordialmente cedida quando em meu estudo de campo em Medellín.

Notas:

1. Em verdade, BRAND & DAVILA (2013) observam que os objetivos sociais dos projetos do “Modelo de Medellín” foram “além do nível convencional de explicitação”, destacando uma ligação direta entre problemas urbanos muito complexos e as intervenções que os resolvem.
2. Um dos prefeitos de Medellín enfatizou a importância da qualidade arquitetônica nesses projetos, elaborando que o objetivo dos Parques Biblioteca era o de “ativar o poder da estética como motor para a mudança social” (SALAZAR apud BRAND & DÁVILA, 2013).
3. Na verdade, a construção de um discurso de “áreas de desordem” na cidade é um precedente fundamental para o sucesso do “Modelo de Medellín” (GONZÁLEZ VÉLEZ & CARRIZOSA ISAZA, 2011). Pobreza, violência e tráfico de drogas coincidem nessas “áreas de desordem”.
4. MONTOYA (2014) explica que os processos participativos foram aprimorados para o que ele chamou de “segunda geração” de Parques Biblioteca”.
5. Os projetos do “Modelo de Medellín” utilizam a estratégia de renovação chamada “acupuntura urbana”, que promove a ideia de que uma área urbana pode ser totalmente afetada por operações pequenas, mas precisas (PEÑA GALLEGO, 2011).
6. Como será discutido em profundidade na seção que se segue, BRAND & DÁVILA (2013, p. 42) argumentam que, no caso dos Parques Biblioteca, a presença do Estado nas áreas populares da cidade é essencialmente “arquitetônica”, particularmente devido aos contrastes entre os edifícios e seus contextos. Além desse tipo de contraste, os edifícios também constroem contrastes históricos: os locais escolhidos são referências a uma “Medellín dos cartéis” (MONTOYA, 2014) – de modo que os edifícios funcionem como símbolos de uma “modernização social bem-sucedida”.
7. Como menciono em outra nota, os projetos do “Modelo de Medellín” utilizam a estratégia de renovação chamada “acupuntura urbana”, que promove a ideia de que uma área urbana pode ser totalmente afetada por operações pequenas, mas precisas (PEÑA GALLEGO, 2011).

8. Neste ponto, devemos lembrar que a função de coletar e organizar um conteúdo educacional das bibliotecas foi profundamente influenciada pelo surgimento da internet (aspecto que desenvolvo mais adiante no artigo).

9. Nos anos 1970 e 1980, Medellín costumava sofrer com o controle de grandes grupos de tráfico de drogas conhecidos como cartéis. Esses grupos de tráfico de drogas ocupavam particularmente as “comunas”, os bairros pobres que cresceram nas colinas de Medellín (ECHEVERRI & ORSINI, 2010, p. 134).

10. No hemisfério norte, muito se tem debatido sobre o fechamento de bibliotecas públicas de bairro e a construção ou melhoria de grandes bibliotecas. Esse debate incluiu a participação popular, principalmente em casos como o da renovação da New York Public Library (BRAKE, 2015; FLEARSON, 2012, 2014; NAZARYAN, 2012; POGREEBIN, 2012), que menciono em outra publicação (CAPILLÉ & PSARRA, 2014).

11. No artigo “Space and planned informality” (CAPILLÉ & PSARRA, 2014), elaboramos como alguns tipos de arranjos espaciais dão suporte a determinadas práticas culturais informais, enquanto outros tipos de arranjos restringem certos usos informais, tornando a biblioteca um espaço de estudo silencioso e concentrado apenas.

Referências Bibliográficas:

AGUDELO, L. MEJÍA, Á., ORDOSGOITIA, I. S. & CÓRDOBA, J. E. Users’ Daily Experience of Aerial Cable-Cars. In J. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 104 – 114.

ALCADIA DE MEDELLÍN. *Plan de Desarrollo 2004-2007: Medellín, compromiso de toda la ciudadanía*. Medellín, 2004.

_____. *Manual de convivencia ciudadana*. Medellín, 2007.

_____. *Manual de convivencia ciudadana*. Medellín, 2013.

ARCINIEGAS, C. O. *Bargaining space: deal-making strategies for large-scale renewal projects in Colombian cities*. PhD Thesis, University of Illinois at Chicago, Chicago, 2012.

_____. *Anclajes territoriales de los circuitos del capital financiero transnacional: Políticas, Planes y Proyectos Urbanos Hegemónicos en Disputa*. *Bitacora*, 24(1), 2014(a), p. 79 –83.

_____. *Designing from the cracks: exploring the potentials of the Medellín Model drawbacks*. In C. Boano & G. Talocci (Eds.), *DPU Summer Lab 2014: Leveraging the city as a laboratory for developing socially responsive design strategies*. Londres: UCL - The Bartlett Development Planning Unit, 2014(b). p. 8-11.

BENNETT, T. *The Political Rationality of the Museum*. *Continuum*, 3(1), 1990. p. 35 – 55.

_____. *Useful Culture*. *Cultural Studies*, 6(3), 1992. p. 395 – 408.

_____. *The birth of the museum: history, theory, politics*. Nova York: Routledge, 1995.

BRAKARZ, J., GREENE, M., & ROJAS, E. *Cities for all: Recent experiences with neighbourhood upgrading programs*. Washington DC: Inter-American Development Bank, 2002.

BRAKE, A. *Mecanoo replaces Foster + Partners on New York Public Library renovation*. *Dezeen Magazine*, 2015.

BRAND, P. *Governing inequality in the South through the Barcelona model: “social urbanism” in Medellín, Colombia*. In *Interrogating Urban Crisis: Governance, Contestation, Critique*. Leicester: De Montfort University, 2013.

BRAND, P., & DÁVILA, J. *Mobility innovation at the urban margins*. *City*, 15(6), 2011. p. 647 – 661.

_____. *Metrocables and “Social Urbanism”: two complementary strategies*. In J. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 46 – 54.

- CAPILLÉ, C. Political interiors: the case of public libraries. *Space and Culture*, (no prelo).
- CAPILLÉ, C., & PSARRA, S. Space and planned informality: Strong and weak programme categorisation in public learning environments. *A|Z ITU Journal of Architecture*, 11(2), 2014. p. 9 – 29.
- COLAK, A. A., & PEARCE, J. Securing the global city?: an analysis of the “Medellín Model” through participatory research. *Conflict, Security & Development*, 15(3), 2015. p. 197 – 228.
- COUPÉ, F., BRAND, P., & DÁVILA, J. Medellín: Institutional Context and Urban Paradigm Change. In J. D. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 55 – 67.
- DÁVILA, J. Introduction. In J. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 9 – 15.
- DÁVILA, J., BRAND, P., ACEVEDO, J., & BOCAREJO, J. P. What we have learned from Medellín and Soacha. In J. D. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 201 – 207.
- ECHEVERRI, A., & ORSINI, F. Informalidad y Urbanismo Social en Medellín. In M. H. Arboux, A. E. Restrepo, & J. G. Ramírez (Eds.), *Medellín: Medio Ambiente, Urbanismo y Sociedad*. Medellín: Universidad EAFIT & Centro de Estudios Urbanos y Ambientales - urban, 2010. p. 130 – 152.
- EMPRESA DE DESAROLLO URBANO. *Proyectos Parques Biblioteca*, 2014.
- FAJARDO VALDERRAMA, S. Pacto Ciudadano de cuidado y apropiación de los Parques Biblioteca. *Alcaldía de Medellín – Sistema de Bibliotecas Públicas*, 2007.
- FIORI, J., RILEY, L., & RAMIREZ, R. *Urban Poverty Alleviation Through Environmental Upgrading in Rio de Janeiro*. Development Planning Unit - UCL, 2000.
- FORGAN, S. Context, Image and Function: a preliminary enquiry into the architecture of scientific societies. *The British Journal for the History of Science*, 19(1), 1986. p. 89 – 113.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- FRANCO CALDERÓN, Á. M., & ZABALA CORREDOR, S. K. Los equipamientos urbanos como instrumentos para la construcción de ciudad y ciudadanía. *Dearq - Revista de Arquitectura de La Universidad de Los Andes*, 2012. p. 8 – 13.
- FREARSON, A. Foster + Partners unveils plans for New York Public Library. *Dezeen Magazine*, 2012.
- _____. New York Public Library abandons Foster’s contentious renovation plans. *Dezeen Magazine*, 2014.
- GEE, M. Questioning the Concept of the “User.” *Journal of Environmental Psychology*, (14), 1994. p. 113 – 124.
- GIRALDO, Y. N., Román Betancur, E. G., & Quiroz Posada, R. E. La biblioteca pública como ambiente educativo para el encuentro ciudadano: un estudio en la Comuna 1 de Medellín. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 32(1), 2009. p. 47–84.
- GIRALDO, Y. N., & Román Betancur, G. E. La Biblioteca pública como mediadora en la construcción de la ciudadanía. *Em Questão*, 17(1), 2011, p. 211 – 230.
- GONZÁLEZ VÉLEZ, M. E., & CARRIZOSA ISAZA, C. Entre la planeación urbana, la apropiación del espacio y la participación ciudadana. *Los pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio*. *Estudios Políticos*, 39, 2011, p. 117 – 140.
- HAPPEL, R. The Library as a Place. *Public Library Quarterly*, 31(1), 2012. p. 48 – 55.
- HARRIS, M. H. *History of Libraries in The Western World* (4 ed.). Lanham, Maryland e Londres: The Scarecrow Press, 1999.
- HENLEY, J. Medellín: the fast track from the slums. *The Guardian* (Online). Acesso em 24 set. 2013.

- IMHOLZ, S. Public Libraries by Design: Embracing Change at Low Cost. *Public Library Quarterly*, 27(4), 2008. p. 335 – 350.
- JARAMILLO, O. La formación ciudadana, dinamizadora de procesos de transformación social desde la biblioteca pública. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 35(1), 2012, p. 73 – 82.
- KINNEY, B. The Internet, Public Libraries, and the Digital Divide. *Public Library Quarterly*, 29(2), 2012. p. 104 – 161.
- KOCH, D. Spatial Systems as Producers of Meaning - the idea of knowledge in three public libraries. Licentiate Thesis, KTH School of Architecture, 2004.
- MARKUS, T. A. Buildings and Power - Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types (1 ed.). Londres: Routledge, 1993.
- MELGUIZO, R. C., & CRONSHAW, F. The Evolution of Armed Conflict in Medellín: An Analysis of the Major Actors. *Latin American Perspectives*, 28(1), 2001. p. 110 – 131.
- METRO DE MEDELLÍN. La Cultura Metro, 2015.
- MINISTERIO DE CULTURA, & MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL. Lineamientos del Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas. Bogotá, 2003.
46. MONTOYA, H. Interview by author. Medellín: Unpublished, 2014.
- NAZARYAN, A. New York Public Library's flagship branch is getting an airy, majestic makeover. *Daily News* (Online). Acesso em 01 mai. 2013.
- ORTIZ, L. C. El Parque Biblioteca España como agente generador de capital cultural en el Barrio Santo Domingo de la Comuna 1. Tesis de Maestría. Universidad Pontificia Bolivariana, 2012.
- PEÑA GALLEGO, L. E. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. *Textos Universitarios de Biblioteconomía I Documentación*, (27), 2011. p. 11.
- POGREEBIN, R. Public Library Head Faces Critics of Renovation Plan. *The New York Times* (Online). Acesso em 01 mai. 2013.
- RODRÍGUEZ, J. C., VALENCIA, J., & ARIAS, A. V. Las bibliotecas públicas como escenarios de participación ciudadana e inclusión social. *Rastros Rostros*, 15(29), 2013. p. 73 – 81.
- SEARS, R., & CRANDALL, M. Bridging between libraries and information and communication technologies for development. *IFLA Journal*, 36(1), 2010. p. 70 – 73.
- SHOHAM, S., & YABLONKA, I. Monumental Library Buildings in the Internet Era: the future of public libraries. *IFLA Journal*, 34(3), 2008. p. 266 – 279.
- SILVA, V. R. A. da. Context and Potential Impact of the Aerial Cable-Car on the Population of Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. In J. D. Dávila (Ed.), *Urban mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Londres: DPU-UCL and UNC-Medellín, 2013. p. 191 – 207.
- SIMPSON, M. D. Urbanising favelas, overlooking people: Regressive housing policies in Rio de Janeiro's progressive slum upgrading initiatives. *The Bartlett Development Planning Unit*, (155), 2013.
- STEADMAN, P. Building Types and Built Forms. Londres: Matador, 2014.
- TAYLOR, N. G., JAEGER, P. T., MCDERMOTT, A. J., KODAMA, C. M., & BERTOT, J. C. Public Libraries in the New Economy: Twenty-First-Century Skills, the Internet, and Community Needs. *Public Library Quarterly*, 31(3), 2012. p. 191 – 219.
- UNESCO. Report on the Pilot Public Library for Latin America, Medellín. Paris, 1957.
- VERHEUL, I. The Digital Library Futures Conference and the future of digital libraries within IFLA. *IFLA Journal*. Sage, 2010.
- VULLIAMY, E. Medellín, Colombia: reinventing the world's most dangerous city. *The Observer* (Online). Acesso em 24 set. 2013.
- WALL STREET JOURNAL. Medellín: awarded "Innovative city of the year." *The Wall Street Journal* (Online). Acesso em 24 set. 2013. p. 1 – 4.

ZOOK, J. B., & BAFNA, S. Imaginative Content and Building Form in the Seattle Public Library. In Proceedings of the 8th International Space Syntax Symposium (p. 1–24). Santiago: PUC, 2012.